

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 55.697 - SC
(2017/0288331-0)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : ADILSON PEREIRA DOS ANJOS
ADVOGADOS : MARLON CHARLES BERTOL E OUTRO(S) - SC010693
LEONARDO DE MELO WELTER - SC036963
RECORRIDO : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR : EZEQUIEL PIRES E OUTRO(S) - SC007526

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto por ADILSON PEREIRA DOS ANJOS, com fundamento no art. 105, II, *b*, da CF/1988, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Narram os autos que o ora recorrente impetrou o subjacente mandado de segurança contra suposto ato ilegal do Juiz Corregedor da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina, Núcleo IV, Serventias Extrajudiciais, responsável pela instrução do processo administrativo 42/2007, instaurado no âmbito da Corregedoria Geral de Justiça para apuração de eventuais faltas funcionais do impetrante, delegatário de serviço notarial.

O Tribunal de origem denegou a segurança, nos termos do acórdão assim ementado (fl. 2.216):

MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. APURAÇÃO DE FALTA NO EXERCÍCIO DA DELEGAÇÃO DE SERVENTIA. DEDUÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, EM FACE DA SUBMISSÃO DO PROCESSO À INSTRUÇÃO POR JUIZ CORREGEDOR. IMPROPRIEDADE. PREVISÃO OBJETIVA NO RITJSC (ART. 9º, VI). IMPROPRIEDADE. DECISÃO QUE GLOSA DILIGÊNCIA (REQUERIMENTO A CASAS BANCÁRIAS, A FIM DE CONFIRMAR SE AS CONTAS ERAM MOVIMENTADAS POR EX-FUNCIONÁRIA SUA). ALEGAÇÃO DE OFENSA AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA À INSATISFAÇÃO. FUNCIONÁRIA QUE TERIA DESLIGADO DA SERVENTIA, SETE ANOS ANTES DOS FATOS APURADOS. AUSÊNCIA DE CORRELAÇÃO. ORDEM

Superior Tribunal de Justiça

DENEGADA.

Sustenta a parte recorrente que o indeferimento de pedido de diligência indispensável à comprovação dos fatos alegados pela defesa importa em afronta aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Nesse sentido, argumenta que, nada obstante seja "*o Juiz-Corregedor da Corregedoria Geral de Justiça [...] a autoridade competente para a instrução de processo administrativo, consoante determina o art. 9º, VI, do Regimento Interno da Corregedoria Geral de Justiça*" (fl. 2.235), nos termos do art. 370, *caput*, e § 7º, do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado de Santa Catarina-CDOJSC, "*a competência para o julgamento do processo administrativo disciplinar que possa acarretar a pena de perda da delegação [...] é do Conselho Disciplinar da Magistratura*" (fl. 2.234).

A partir dessa premissa, afirma que (fls. 2.235/2.236):

[...] além de negar a produção de prova inexoravelmente relacionada com os fatos que se pretendia comprovar no deslinde do processo administrativo, o ato exarado pela Autoridade Coatora usurpou a competência do Conselho Disciplinar da Magistratura para a apreciação do mérito discutido naqueles autos, o que evidencia a sua flagrante ilegalidade e conduz à sua nulidade.

O vício do ato administrativo apontado como ilegal provém do fato de a Autoridade Coatora ter exorbitado do campo de sua competência e invadido as atribuições de outra. Tão somente o Conselho Disciplinar da Magistratura detém legitimidade para ponderar acerca da responsabilização do Impetrante pelas supostas irregularidades no desempenho da delegação.

Conforme já exposto anteriormente, os princípios do devido processo legal e da ampla defesa asseguram ao Impetrante o direito de ser processado perante a autoridade competente, bem como de produzir todas as provas que sejam indispensáveis à comprovação dos fatos alegados em sua defesa.

Acerca da imprescindibilidade da prova indeferida, aduz que (fls. 2.236/2.237):

Toda a argumentação apresentada nas alegações finais depende da efetiva comprovação de que a Oficial Substituta (Sra. Karin

Superior Tribunal de Justiça

Colin), à época das supostas irregularidades, exercia a administração e a gerência do Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelar, das Pessoas Jurídicas e de Títulos e Documentos da comarca de Joinville/SC, de modo que diversas informações e decisões não eram sequer comunicadas ao Impetrante.

A produção da prova requerida, vale dizer, fornecerá elementos indispensáveis e de extrema relevância para a elucidação da questão fática discutida no processo administrativo, o que implica a indispensabilidade do seu deferimento, sob pena de caracterizar-se o cerceamento de defesa.

Como se sabe, o Requerido assumiu o cargo de titular da serventia com a aposentadoria da Sra. Ieda de Menezes (16/9/1988), momento em que foi nomeada para a função de Oficial Substituta a Sra. Karin Cohn de Souza (filha da antiga delegatária).

Consoante os depoimentos prestados pelas testemunhas na audiência de instrução do processo administrativo (CD com as gravações em anexo), arroladas pela Vice-Corregedoria Geral da Justiça e pelo Impetrante, a administração da serventia era realizada quase que exclusivamente pela Sra Karin Colin, a qual, de evidente má-fé, ocultava informações do titular da delegação e não o consultava a respeito da conduta a ser tomada nas mais variadas situações, notadamente o acompanhamento de inspeções correcionais, a movimentação das contas bancárias e a instrução dos funcionários.

Muito embora a Oficial Substituta estivesse autorizada a até mesmo representar a serventia, o Impetrante não detinha conhecimento acerca da sua atuação pautada em nítida má-fé. Somente em 5/11/2013, momento em que se constataram as irregularidades perpetradas pela Sra. Karin Colin de Souza, foi realizada a rescisão do seu contrato de trabalho.

Na realidade, as determinações da Vice-Corregedoria Geral da justiça não eram informadas pela Oficial Substituta ao titular da serventia e, conseqüentemente, não foram cumpridas.

No momento em que se verificou, efetivamente, tudo o que estava em desacordo com as normas da Vice-Corregedoria Geral da justiça e a legislação pertinente, foram tomadas providências para a sua correção, tanto que as atas de correição lavradas após a rescisão do contrato de trabalho da Oficial Substituta apontaram a solução da maioria das irregularidades.

Frisa-se, aliás, que ale mesmo as supostas pendências financeiras descritas na decisão recorrida são oriundas do período em que a Oficial Substituta em questão exercia sua função na serventia. O Indiciado, nesse contexto, nunca possuiu patrimônio que correspondesse à grandiosidade das dívidas tributárias e previdenciárias descobertas posteriormente, o que somente corrobora a atuação de má-fé perpetrada.

Superior Tribunal de Justiça

Essa questão, que se pretende comprovar com a diligência requerida, está umbilicalmente ligada ao mérito administrativo, de modo que não caberia à Autoridade Coatora indeferir a sua realização e, muito menos, rechaçar de plano a argumentação da defesa, que são atribuições exclusivas do Conselho Disciplinar da Magistratura.

O acórdão recorrido, em sua fundamentação, parte da equivocada premissa de que essa antiga funcionária da Serventia havia sido dispensada em 2003, o que afastaria por completo sua relação com fatos ocorridos depois de 2010 e implicaria a inocuidade da produção da prova pretendida pelo Impetrante.

A rescisão do contrato de trabalho da referida Oficial Substituta, a Sra. Karin Colin, contudo, somente se verificou em 5/11/2013, de modo que a diligência requerida pelo Recorrente é de extrema pertinência e relevância para a instrução do processo administrativo e o respaldo das suas alegações de defesa.

Por fim, requer o provimento do recurso ordinário.

Contrarrazões às fls. 2.246/2.249.

O Ministério Público Federal, em parecer do Subprocurador-Geral da República MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO, opinou pelo não conhecimento ou, alternativamente, pelo não provimento do recurso ordinário (fls. 2.264/2.266).

É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.

O Tribunal de origem afirmou a competência do Juiz Corregedor para instruir o processo administrativo disciplinar e, via de consequência, a legalidade da decisão por este proferida no sentido de indeferir a produção de prova requerida pelo ora recorrente – que não se confundiria com o julgamento final ser realizado pelo Conselho de Magistratura –, nos seguintes termos (fl. 2.221):

No mais, alguma dedução de ofensa ao contraditório se ampara no art. 370, § 6º, do CDOJ/TJSC, ao argumento de que o impetrante teria o direito ao processamento pelo órgão competente, supondo a instrução do feito pelo Conselho da Magistratura.

Mas o ensaio aqui não é mais arrojado. O art. 370 do CDOJ/TJSC de fato submete a instauração do feito ao Corregedor Geral e o julgamento ao E Conselho da Magistratura. O processamento, todavia, está regulado no RI/TJSC, o o dispondo ser atribuição do Juiz-Corregedor

Superior Tribunal de Justiça

"instruir processo administrativo e inquérito judicial, por delegação do Corregedor ou Vice -Corregedor" (art. 9º, VI). E Em outras palavras, o juiz da instrução nada tem com a instauração toº o do processo e, sobretudo, com seu julgamento. A invocação é visivelmente manejada num exercício de conveniência, sem atenção as normas que disciplinam o processo administrativo no âmbito deste Tribunal. Não poderia, por o isso, eventualmente deduzir o desconhecimento. Ademais, não revela boa-fé a dedução de ofensa ao contraditório para ouvir testemunha que sabia não ter o relação com as imputações feitas.

Sucedo que tal fundamento não foi especificamente impugnado nas razões do recurso especial, na medida em que a parte impetrante, ora recorrente, limitou-se a tecer considerações genéricas no sentido de que (fl. 2.235):

O vício do ato administrativo apontado como ilegal provém do fato de a Autoridade Coatora ter exorbitado do campo de sua competência e invadido as atribuições de outra. Tão somente o Conselho Disciplinar da Magistratura detém legitimidade para ponderar acerca da responsabilização do Impetrante pelas supostas irregularidades no desempenho da delegação.

Assim, nesse ponto, incidem as Súmulas 283 e 284/STF, por analogia.

Por sua vez, verifica-se que o indeferimento do pedido de produção de prova relacionada à Sra. Karin Colin foi regularmente justificado pela autoridade impetrada, de forma plausível e razoável. Senão vejamos (fl. 2.148):

Ademais, indefere-se o pedido de diligência requerida pelo delegatário, visto que desacompanhado de justificativa plausível. Eventual responsabilização da Sra. Karin, pela má administração financeira da serventia, não possui o condão de afastar a responsabilidade do titular, nos termos do art. 21 da Lei n. 8.935/1994.

De fato, é irrelevante perquirir se a referida ex-empregada teria se desligado na serventia apenas em 2013, uma vez que, ainda como consignado no acórdão recorrido, o próprio recorrente teria informado que a eventual responsabilidade dela pela movimentação financeira da serventia limitou-se ao período de 1988 a 2003, ou seja, é anterior aos fatos investigados, a partir de 2010. Confira-se (fl. 2.220):

Superior Tribunal de Justiça

Vou além. Veja-se que a inicial não esclarece exatamente o que se a^o pretendia demonstrar. O que se diz, de passagem, é que a indicada seria responsável pela movimentação financeira daquele ofício entre os idos de 1988 a 2003, e que o impetrante eventualmente desconhecesse determinadas práticas 1 da rotina daquela unidade, a cargo da preposta - práticas, aliás, que não se Er - identifica.

O_ Bem porque não há identificação objetiva do eventual nexó, e suponho se tivesse o suficiente para indeferir de plano a pretensão. Mas a falta de identificação da correlação da testemunha com os fatos apurados no -8 processo administrativo não se dá ao acaso.

Conforme viria a ser esclarecido nas informações, a portaria que dá o causa ao processo administrativo apurava fatos a partir de 2010 (fl. 2.015). Não havia nenhum fato em apuração que justificasse, por isso, a oitiva da antiga o funcionária, desligada sete anos antes do período sob investigação.

Nesse diapasão, não se vislumbra irregularidades no trâmite do processo administrativo disciplinar em tela. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA DE AGENTE DE POLÍCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR INDEFERIDA. DECISÃO FUNDAMENTADA. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE. VIOLAÇÃO DA AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO NÃO DEMONSTRADAS. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. I - Cuida-se de mandado de segurança contra ato alegadamente coator do Ministro de Estado da Justiça, no qual foi cassada a aposentadoria de agente da polícia federal após processo administrativo disciplinar.

II - O indeferimento do pedido de produção de prova foi regularmente justificado, de forma plausível e razoável, não havendo irregularidade no trâmite do processo administrativo.

III - Por outro lado, é consabido que não há nulidade sem prejuízo.

No presente caso o impetrante não logrou demonstrar que tivesse sido prejudicado por não ter sido novamente ouvido após o depoimento das testemunhas, tendo restado assentado que estas não trouxeram alteração substancial no panorama fático que justificasse nova oitiva dos acusados.

IV - A suposta nulidade apontada pelo impetrante não foi apta a lhe causar prejuízo, uma vez que efetivamente houve o interrogatório do impetrado, havendo mera inversão da ordem de oitiva, sendo que restou expressamente motivado o indeferimento, inclusive em face do panorama fático inalterado.

V - Não havendo prejuízo à defesa do impetrante em

Superior Tribunal de Justiça

decorrência de sua oitiva anterior, não há como se reconhecer nulidade. Nesse sentido: MS 18.080/DF, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Seção, julgado em 24/08/2016, DJe 09/09/2016; MS 21.193/DF, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Seção, julgado em 26/09/2018, DJe 03/10/2018 e AgInt no REsp 1442365/RS, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018) VI - No mesmo sentido o parecer do d. Ministério Público Federal.

VII - Ademais, no tocante a eventuais prejuízos não demonstrados, não se presta a via eleita para dilação probatória, quando não se verifica direito líquido e certo a amparar a concessão da segurança.

VIII - Agravo interno improvido.

(AgInt no MS 22.528/DF, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 14/06/2019)

ANTE O EXPOSTO, conheço parcialmente do recurso ordinário e, nessa parte, **nego-lhe provimento**.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator